



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Gênero e Orientação Sexual sob a perspectiva das Bases de Dados Populacionais

Discutindo limitações, possibilidades e articulações socioterritoriais¹

RESUMO GERAL

Ao observarmos o espaço geográfico, inúmeras são as manifestações sociais e interferências que a população realiza nesse espaço. Pensando na diversidade de povos, culturas e identidades, é possível verificar que tal diversidade se manifestará também de modo territorial, por meio das formações de territorialidades e espaços de sociabilidade. Trazendo a discussão para o espaço urbano podemos perceber, dada a maior concentração populacional nesses locais e maior complexidade da estrutura destes, percebemos a possibilidade de maior interação e visibilidade de populações minoritárias e, até mesmo, segregadas socialmente. Nesse sentido apresentamos como sujeitos dessa sessão grupos que sofrem com as, ainda presentes, hierarquias de gênero e sexualidades. Desse modo teremos como público alvo mulheres e pessoas LGBTI+ entendendo que o padrão dominante cisheteronormativo masculino, por vezes, resulta em subalternização dos demais sujeitos. Como consequência disso temos, por exemplo, a invisibilidade das minorias sexuais nas bases de dados populacionais, visto que nas pesquisas de âmbito nacional no Brasil não havia, até o lançamento da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, a inclusão de variáveis como orientação sexual e identidade de gênero que permitam analisar de forma pormenorizada essa parcela da população. Com base no exposto e tendo como alvo os sujeitos apresentados, teremos como objetivo nessa sessão livre abordar a invisibilidade de pessoas LGBTI+ nas bases de dados populacionais e analisar ainda dados que expõem fragilidades de mulheres no espaço urbano. Como objetivos relacionados a esse, verificaremos através das exposições alguns pontos que consideramos fundamentais para a compreensão dessa luta por igualdade e visibilidade que por vezes se expõe de forma clara e conflituosa no espaço geográfico. Para atender aos objetivos propostos dividimos as apresentações em dois eixos. No primeiro eixo serão abordadas as minorias sexuais, invisibilidade destas nas bases de dados e seus desafios. Nesse eixo, composto por três apresentações, será mostrado, na primeira apresentação, um panorama do uso da variável orientação sexual e identidade de gênero em pesquisas de âmbito nacional em países que já implementaram tais variáveis. Na segunda apresentação teremos como foco o tema no Brasil trazendo para a discussão a Pesquisa Nacional de Saúde, primeira pesquisa de caráter

¹ A presente Sessão Livre foi organizada por componentes do Grupo de Pesquisa *Gênero, Sexualidades, Reprodução e suas Interseccionalidades* - GENERIS e conta com trabalhos realizados no âmbito de atuação da temática do grupo.

nacional a incluir a variável orientação sexual e, finalizando esse eixo será apresentada outra forma de focar, de forma indireta, pessoas LGBTI+. Para isso será verificada como a inclusão da variável cônjuge de mesmo sexo pode auxiliar no estudo dessa população. No segundo eixo, composto por duas apresentações, serão abordados problemas e desafios relacionados à desigualdade de gênero principalmente nos campos da violência de gênero e da desigualdade de renda pelas quais mulheres sofrem na nossa sociedade. Na primeira apresentação relacionada a esse eixo serão mostrados dados relacionados ao feminicídio no Brasil e problemas que fragilizam o tratamento desses dados e, por consequência, prejudicam o combate a esse problema. Finalizando a sessão, o segundo trabalho desse eixo trará um estudo de caso relacionado a entregadoras vinculadas a plataformas de aplicativo como exemplo de precarização do trabalho de mulheres no espaço urbano e como o gênero torna mais visível tal precarização das relações de trabalho. Esperamos com as apresentações levar os participantes a refletir sobre os diversos atores que, embora invisíveis nas bases de dados, partilham do mesmo espaço, por vezes territorializando-o e auxiliando ainda na reflexão acerca desse espaço enquanto local de disputa e conflitos.

SEXO E GÊNERO: DEFINIÇÕES E APLICAÇÕES EM PESQUISAS

João Gabriel Malaguti (ENCE/IBGE)

Ana Carolina Soares Bertho (ENCE/IBGE)

A capacidade de se retratar as características da população nos censos demográficos a partir de uma pergunta binária sobre sexo vem sendo debatida na academia e na sociedade. A captação de orientação sexual e identidade de gênero permitiria não apenas a definição do perfil sociodemográfico de pessoas transgênero, por exemplo, como também a identificação de vulnerabilidades. O objetivo do presente artigo é avaliar de que forma a variável gênero vem sendo incluída em censos internacionais, discutindo-se desafios, bem como os avanços já obtidos em alguns países. Analisaremos para tal os censos da Argentina (2022), Austrália (2016 e 2021), Canadá (2021), Índia (2011) e Quênia (2019). Também serão examinados os achados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada pelo IBGE, que incluiu uma pergunta referente à orientação sexual. Os resultados internacionais revelam dificuldades não só em relação ao formulário e apresentação das respostas para a pergunta sobre sexo, como aspectos relacionados à compreensão da pergunta, palavras com as quais os respondentes se identificam melhor e a relação entre quem entrevista e quem responde. Mas há resultados instigantes: na Índia, por exemplo, foi possível identificar que as pessoas transgênero tinham em média escolaridade mais baixa que a população em geral. No Brasil, a experiência da PNS revelou a necessidade de revisão das palavras adotadas, para que a população compreenda melhor a questão sobre orientação sexual. Ainda que do ponto de vista metodológico e técnico haja

uma complexidade, as experiências de outros países poderão contribuir para que o Brasil amplie esse campo de pesquisas.

A INVISIBILIDADE DE PESSOAS LGBTI+ NAS BASES DE DADOS POPULACIONAIS – NOVAS POSSIBILIDADES NA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE 2019

Rafael Chaves Vasconcelos Barreto (ENCE/IBGE – Fundação CECIERJ)

Angelita Alves de Carvalho (ENCE/IBGE)

A disponibilidade de informações a respeito das minorias populacionais, nesse caso, da população LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Intersexuais) e a possibilidade de cruzamentos com demais variáveis em bases populacionais é imprescindível para a compreensão das similaridades e especificidades da realidade vivenciada por estes grupos, bem como para a criação de políticas públicas focalizadas. Esta abordagem acaba por obscurecer ou ignorar algumas parcelas da sociedade como as minorias sexuais compreendidas sob o âmbito da sigla LGBTI+. Essa ausência ou, porque não dizer, invisibilidade, se dá por essas diferenciações em relação ao padrão dominante na sociedade ocorrerem no âmbito da orientação sexual e/ou identidade de gênero, características até então não incluídas nos questionários de pesquisas brasileiras de abrangência nacional. Desse modo, a ausência da identificação desses grupos em pesquisas de âmbito nacional impede a mensuração dessa parcela da população, dificultando não só a visibilidade, mas também a criação de políticas públicas voltadas a tais populações vulneráveis. Nesse sentido, buscamos refletir nessa apresentação sobre a Pesquisa Nacional de Saúde – PNS 2019, verificando algumas correlações que esta propicia no que tange à localização geográfica dessa população bem como uma possível predominância desta em áreas urbanas. Cabe ressaltar que a PNS é a primeira pesquisa realizada em âmbito nacional que incluiu a variável orientação sexual em seu questionário. Apesar das limitações dessa variável, deixando de fora do seu escopo travestis/transexuais e intersexuais, apresentaremos alguns de seus resultados, além de outras possíveis oportunidades de investigações sobre o tema buscando com isso trazer reflexões acerca das minorias sexuais e propostas para futuras abordagens.

DESIGUALDADES NO MUNDO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE POR ORIENTAÇÃO SEXUAL

Joana Costa (IPEA - ENCE/IBGE)

No Brasil, a escassez de informações sistemáticas sobre orientação sexual impossibilita o estudo de diversas temáticas sob a ótica da população LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Intersexuais). Em particular, faltam estudos sobre discriminação e desigualdade no mercado de trabalho. Uma forma de superar a falta de dados é considerar a informação coletada pelo Censo Demográfico 2010 (IBGE) que incluiu no questionário a opção de o cônjuge da pessoa responsável pelo domicílio ser do mesmo sexo. A partir dessa fonte de informação, Suliano et al. (2016), Silva e Santos (2015), e Casari, Monsueto e Duarte (2014) encontram estatísticas que sugerem que homens e mulheres homossexuais têm maiores rendimento e nível de escolaridade do que homens e mulheres heterossexuais. Essas evidências contrariam os resultados obtidos em âmbito internacional, que apontam que homens homossexuais ganham menos do que homens heterossexuais, e, no caso das mulheres, as diferenças por orientação sexual são de baixa magnitude ou favoráveis às mulheres homossexuais (Badgett, 1995; Plug e Berkout, 2004; Black, Sanders e Taylor, 2007; Ahmed e Hammarsted, 2010; Mize, 2016; Aksoy, Carpenter e Frank, 2018; Drydakis, 2019). Uma explicação possível para a diferença entre os achados nacionais e os internacionais deve-se a forma como são identificadas as pessoas homossexuais. Devido à falta de uma pergunta específica sobre orientação sexual no Censo Demográfico, as pessoas foram classificadas como homossexuais ao coabitar com pessoas do mesmo sexo e formar uma família, e essa amostra não é aleatória e nem representativa da população de homossexuais. Da mesma forma que o Censo Demográfico 2010, a PNAD Contínua inclui no questionário a opção explícita de o cônjuge da pessoa responsável pelo domicílio ser do mesmo sexo. Temos como objetivo elaborar uma análise empírica a partir dos microdados da PNAD Contínua (IBGE) em continuidade com Barbosa et al. (2020) e discutir em que medida as formas de coleta da informação sobre orientação sexual afetam os resultados. É importante observar que ao considerar como homossexuais somente aqueles que coabitam com seu(sua) parceiro(a), a amostra utilizada pode representar um grupo muito específico de homossexuais, aqueles que já superaram diversas barreiras e que, justamente por isso, apresentam indicadores socioeconômicos significativamente mais favoráveis.

FEMINICÍDIOS NO BRASIL E ANÁLISES TERRITORIAIS: LIMITES E PONTUALIDADES DAS BASES DE DADOS

Joice de Souza Soares (ENCE/IBGE)

Ana Carolina Soares Bertho (ENCE/IBGE)

As múltiplas violências praticadas contra as mulheres têm constituído parte significativa dos estudos de gênero produzidos no Brasil. Nos últimos anos, embora o Estado tenha obtido êxito em algumas das políticas de enfrentamento, notadamente com a promulgação das leis nº 11.340/2006 (conhecida como Lei Maria da Penha) e nº 13.104/2015 (chamada Lei do Feminicídio), há muito a ser feito para a redução no número de feminicídios no Brasil. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que, somente em 2021, 1.319 mulheres foram assassinadas no país. Cabe ressaltar

que a morte é o evento violento final sofrido por essas mulheres, frequentemente precedido por episódios repetidos de violência psicológica, sexual e física. Para a compreensão do perfil das vítimas e da dinâmica dessas mortes, duas fontes de dados são comumente usadas nas pesquisas acadêmicas sobre essa temática: os dados das Polícias Civas em cada Unidade da Federação; e os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), geridos e disponibilizados pelo Ministério da Saúde. O debate sobre a qualidade e a confiabilidade dos dados produzidos pelas forças de segurança é amplo e antigo nos estudos sobre violência e criminalidade no Brasil. Os esforços recentes em direção à construção de um panorama nacional têm sido capitaneados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que utiliza as duas fontes mencionadas para analisar os elevados números de homicídios dolosos que acometem a sociedade brasileira. A falta de um padrão nacional capaz de uniformizar a coleta ou minimizar as discrepâncias entre os estados, além da inexistência de um sistema integrado, coordenado pela União, são as principais queixas. Além da divergência entre métodos, o preenchimento incompleto de formulários muitas vezes impede a elaboração de estudos mais aprofundados, que contribuiriam para a formulação de políticas públicas mais eficientes. Tendo isso em vista, o objetivo da palestra é trazer uma reflexão acerca das potencialidades e limitações no uso de cada uma dessas fontes. A partir de uma revisão crítica da produção acadêmica recente e de uma avaliação dos dados das Polícias Civas (com destaque para o Rio de Janeiro) e do SIM, serão discutidos os avanços obtidos nos últimos anos e lacunas ainda existentes nesse campo.

“HOMEM SÓ RESPEITA HOMEM”: QUANDO A PRECARIZAÇÃO ENCONTRA O MACHISMO E INVISIBILIZA DUPLAMENTE O TRABALHO DAS ENTREGADORAS POR PLATAFORMAS DE APLICATIVOS

Cibele Cheron (IFRS)

Julice Salvagni (EA/UFRGS)

Renato Colomby (IFPR)

Este trabalho é parte de um projeto em desenvolvimento, e representa uma primeira aproximação com o objeto, ainda em construção. Vincula-se, por conseguinte, a uma perspectiva epistêmica que conclama a repensar as relações ditadas pela lógica do capitalismo: a legitimidade da produção do conhecimento e da riqueza, do uso do tempo, do exercício de poder e controle, da ética e da estética, da dignidade e da existência. Pelo exercício da reflexão fora dos parâmetros estreitos da vida produtiva e dos sistemas de hierarquização que a ordenam é possível tornar visíveis as condições desumanas impostas às entregadoras das plataformas de aplicativos, mostrando-as a quem quer apenas servir-se delas, sem vê-las. Objetiva-se refletir acerca da dupla invisibilidade que se impõe sobre o trabalho dessas mulheres, no âmbito doméstico e no âmbito produtivo, e suas consequências. No campo teórico o artigo tem como referencial os estudos sobre as profundas transformações ocorridas nas relações laborais, desde a perspectiva de

gênero, que visam a buscar elementos para uma releitura da realidade das entregadoras das plataformas de aplicativos, com ênfase no período agudo da pandemia de Covid-19 no Brasil. Analisa-se o cenário de inserção das mulheres no chamado trabalho produtivo, considerando a divisão sexual do trabalho e a permanência de fatores determinantes do sistema de dominação e subordinação que transversaliza a sociedade pelo gênero (BOURDIEU, 1999), em interseccionalidade com a raça/etnia, a classe, o nível de escolarização, a orientação sexual e outros marcadores sociais. Desde a mecanização e a massificação da produção, esta passa a ser mais rápida e mais eficiente, alterando de modo significativo as condições de venda da força de trabalho pelos trabalhadores, de forma mais acentuada para as mulheres e, dentre elas, para as mulheres negras e periféricas (MARIANO; CARLOTO, 2009), que se precariza. De outra banda, por conta da internet e da digitalização dos processos produtivos, surge o nicho das plataformas de aplicativos, que prometem fazer a conexão entre trabalhadores independentes e autônomos e as empresas, especialmente aquelas que, em razão da recessão econômica, não conseguem manter entregadores em seu quadro funcional (ANTUNES, 2020). Simultaneamente, essas plataformas prosperam em razão da redução de gastos que a desregulamentação do trabalho proporciona, fomentando lucros ao custo do corte de direitos sociais (KREIN, 2018). Sustenta-se, nesse sentido, que quando a divisão sexual do trabalho é trazida às problematizações levantadas anteriormente, fica nítida a dupla invisibilização do trabalho das entregadoras. Embora todas as questões cotejadas sejam de grande relevância, não se pode desconsiderar a naturalização das desigualdades entre os gêneros e as diferentes atribuições decorrentes da divisão sexual do trabalho, recaindo sobre os homens a esfera pública, de produção de riquezas e exercício de poder e, sobre as mulheres, a esfera privada, de cuidado, reprodução e subordinação (PATEMAN, 1993).